SEFA nºs 1423/2017 e 56/2021, bem como, o contido no eProtocolo número 23.565.754-6, resolve:

TIPO DE ALTERAÇÃO, DATA OU PERÍODO	NOME, RG, CARGO OU NÍVEL	DE / PARA (LOTAÇÃO, CARGO OU FUNÇÃO)
DISPENSAR EM 01.03.2025	CLEONICE STEFANI SALVADOR RG nº 3.342.286-5 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Coordenador – Símbolo "C", de responder pela chefia da Inspetoria Geral de Tributação – IGT , da Receita Estadual do Paraná – REPR.
DESIGNAR A PARTIR DE 01.03.2025	ROBERTO ZANINELLI COVELO TIZON RG nº 4.669.425-2 AF-I	Ocupante da Função de Gestão Tributária – Chefe de Divisão – Símbolo "F", para responder pela chefia da Inspetoria Geral de Tributação – IGT , da Receita Estadual do Paraná – REPR.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.

Davidson Benjamim Lessa Mendes
Diretor-adjunto da REPR
Delegação de Competência – Portaria nº 83/2024

20327/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

14ª DELEGACIA REGIONAL DA RECEITA - DRR

REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS Nº1.433

PROTOCOLO Nº. 233957682

CONTRIBUINTE:COASUL COOPERATIVA

AGROINDUSTRIAL

CAD/ICMS:91030806-89

CNPJ:79.863.569/0077-39

ENDEREÇO:AV DAMBROS E PIVA 1415 SANTA RITA

MUNICIPIO:MARMELEIRO

Súmula - Concede apuração e recolhimento do ICMS na forma do inciso XIX do art. 74 do RICMS/2017.

O Delegado Regional da Receita, após examinar o pedido constante no protocolo acima e considerando atendidos os requisitos previstos nos artigos 107 a 112 do RICMS/2017 (Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29/09/17) e na NPF (Norma de Procedimento Fiscal) nº 109/12, de 6/12/12, resolve **CONCEDER REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS** ao contribuinte acima identificado.

Este Regime Especial autoriza os seguintes procedimentos:

1. Dispensa o contribuinte de recolher o valor do ICMS devido por ocasião do fato gerador relativo às operações com os produtos relacionados no art. 108 do RICMS/2017 e lhe autoriza a apurar e recolher esse valor na forma e prazo previstos no inciso XIX do art. 74 do RICMS/2017, ou seja, até o dia 12 do mês seguinte ao da apuração.

2. A nota fiscal que documentar a operação deverá conter a seguinte observação:

"REGIME ESPECIAL DE RECOLHIMENTO DO ICMS Nº 1.433".

3. Em relação às operações abrangidas por este Regime Especial, o contribuinte deverá escriturar as notas fiscais nas colunas "base de cálculo" e "imposto debitado" do livro Registro de Saídas e informar o total do ICMS postergado no campo 02 do Registro E110 da EFD - Escrituração Fiscal Digital.

4. Para possibilitar acompanhar e comparar o recolhimento do ICMS, antes e após a concessão do Regime Especial, o contribuinte deverá também informar o total do imposto postergado no Código de Ajuste PR020168 no Registro E111 da EFD e, simultaneamente, lançar igual valor no Código de Ajuste PR000158 no Registro E111 da EFD.

5. Este Regime Especial poderá ser cancelado a qualquer tempo no interesse da administração tributária e, obrigatoriamente, quando constatada qualquer das hipóteses previstas no art. 112 do RICMS/2017, ou quando houver queda injustificada no recolhimento do ICMS, conforme previsto no item 2.4 da NPF nº 109/12.

6. Este Regime Especial entrará em vigor na data de sua

publicação no Diário Oficial - Comércio Indústria e Serviços.

Pato Branco/PR, 24 de Fevereiro de 2025

José Antonio Sarturi

Delegado Regional da Receita

19579/2025

ATO DECLARATÓRIO DEVEDOR CONTUMAZ Nº 5/2025

A DIRETORA DA RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do caput do art. 9.º do Anexo II da Resolução Sefa nº 1.132, de 28 de julho de 2017, com fundamento nas disposições contidas no art. 52 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, nos artigos 113 a 119 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, e na Resolução Sefa nº 36, de 30 de janeiro de 2018, conforme processo nº 16.849.497-1,

DECLARA

Art. 1.º Fica aditado o Ato Declaratório Devedor Contumaz nº 5/2020, de 23 de outubro de 2020, nos seguintes termos:

"O contribuinte CDS PAINEIS EIRELI ME, inscrito no CNPJ nº 03.557.818/0001-06 e no CAD/ICMS nº 907.59468-88, incluso no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento, aplicável aos contribuintes considerados devedores contumazes, nos termos do art. 52 da Lei nº. 11.580, de 14 de novembro de 1996, e nos artigos 113 a 119 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº. 7.871, de 29 de setembro de 2017, **fica excluído do referido regime em decorrência do parcelamento dos débitos que motivaram essa condição, conforme Termo de Acordo de Parcelamento – TAP nº 14.982767-6**".

Art. 2.º O contribuinte a que se refere o art. 1.º fica notificado de sua exclusão do Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento de que trata o Ato Declaratório Devedor Contumaz nº 5/2020, de 23 de outubro de 2020.

Art. 3.º Eventual rescisão do Termo de Acordo de Parcelamento nº 14.982767-6, implica retorno imediato ao referido regime, notificado o contribuinte, preferencialmente por meio do DT-e.

Art. 4.º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 10/02/2025.

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ, 25 de fevereiro de 2025.

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretora da REPR

20022/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 082/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 da lei 20.121 de 2019 c/c inc. XVII do art. 16 do dec. 9177 de 2021 e considerando a denúncia apresentada e devidamente registrada no protocolo nº 23.456.154-5,

RESOLVE:

Art.1º INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar - PAD em face de **M.J.S.**, integrante do quadro de carreira do IDR-Paraná, lotado no P.P.I. de P.B, no cargo de Profissional Especialista, para apurar a prática de condutas objeto de denúncia do protocolo supramencionado, a seguir enumeradas, subsumível, em tese, aos incisos III, IV, V, VI e XIV do art. 279 e IV do art. 285, ambos da Lei n.º 6174 de 1970, passível de responsabilização civil, penal e administrativa nos termos dos arts. 286, 287, 288, 289 e 290, com sanções estabelecidas no art. 291, todos, do mesmo diploma legal antes mencionado, sem prejuízo de outras transgressões, bem como participações, seja por ação ou omissão de demais servidores, surgidas no decurso das apurações: comportar-se no ambiente de trabalho perante grupo de funcionárias e bolsistas provocando um ambiente hostil, intimidativo ou humilhante, resultando, inclusive, na promoção de ações judiciais em face da autarquia.

I. Refere-se a denúncia apresentada no Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias, da Controladoria Geral do Estado, Atendimento nº 20632/2025, aposto ao movimento nº 2, folhas 3/4 do

processo e-protocolo nº 23.456.154-5.

Art.2º DESIGNAR para comporem a comissão processante, sob a presidência do primeiro nominado, os seguintes servidores públicos: **I.** Ednilson Pereira Gomes, RG nº 64270354/PR; **II.** Marley Martins de Oliveira, RG nº 54581343/PR; **III.** Josiane Burkner dos Santos, RG nº 37572055/PR, delegando-lhes poderes para efetivar todas as diligências necessárias para a instrução do processo, nos termos da lei 20.656 de 2021.

Art.3º DAR ciência da constituição da Comissão Processante às chefias imediatas dos seus respectivos membros, assim como a do empregado objeto do PAD e ao Gerente de Recursos Humanos.

Art.4º DETERMINAR que os trabalhos sejam iniciados no prazo de até (três) dias úteis, contados a partir da publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Paraná e concluído em 60 (sessenta) dias, a fluir de seu início.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 25 de fevereiro de 2025.
Richard Golba
Diretor Presidente

19958/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 083/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, com fundamento nas disposições do Decreto nº 8466/2013 e atendendo ao contido no protocolado nº 23.450.891-1,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR a prorrogação da cessão funcional do empregado público **CESAR MIGUEL CANDEO DOS SANTOS** - RG: 3.574.627-X/PR, para prestar serviços junto a Prefeitura de São Jorge do Ivaí, exercendo a função de Diretor Técnico do Departamento Agrícola no município, durante o exercício de 2025, com ônus para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER.

Art.2º ESTABELECER que, não havendo renovação da presente cessão, deverá o servidor público já referido se apresentar à Gerência de Recursos Humanos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR - EMATER, até 30 dias após o término do período acima, sob pena de incorrer em abandono de emprego.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 25 de fevereiro de 2025
Richard Golba
Diretor Presidente

20009/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 084/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, e em decorrência do Decreto Estadual nº 9057/2025, publicado no DIOE edição 11851 de 24 de fevereiro de 2025 (protocolo 23.515.112-0),

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a servidora pública **FLÁVIA LEÃO ALMEIDA SILVA**, RG. 15.355.5XX-X/PR, para exercer a função de Gerente Regional de Ponta Grossa do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, a partir de 01 de março de 2025, ficando exonerada a empregada pública **LUCIANE CURTES PORFIRIO DA SILVA** – RG. 3.XXX.167-X/PR a partir de 28 de fevereiro de 2025.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 26 de fevereiro de 2025.
Richard Golba
Diretor Presidente

20254/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 085/2025– IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, nas condições estabelecidas pela Lei Estadual nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019 e demais legislações e normativas intervenientes,

RESOLVE:

Art.1º AUTORIZAR o afastamento parcial, para cursar pós-graduação, com ônus limitado à manutenção do salário, aos servidores nominados abaixo:

- I. Afastamento parcial de 6 (seis) horas ao servidor JAISON GONSALVES DOS REIS, RG: 90221094 - protocolo nº 23.341.090-0 – CURSO: Mestrado em Agroecologia, Desenvolvimento Rural Sustentável – ÁREA DE CONHECIMENTO: Organização Rural e Mercado – UNIVERSIDADE: Federal da Fronteira do Sul. - Período: 2025 a 06/2027;
- II. Afastamento parcial de 8 (oito) horas ao servidor CLOVIS RENE GLAESER, RG: 82570705 - protocolo nº 3.341.798-0 CURSO: Mestrado em Ciência Animal – ÁREA DE CONHECIMENTO: Piscicultura – UNIVERSIDADE: Estadual de Londrina - Período: 2025 a 2026.

Art.2º DETERMINAR que o afastamento e a quantidade de horas de afastamento, é condicionado a apresentação de plano semestral de disciplinas, com matrículas e atividades comprovadas, com horários e cargas horárias.

- I. A liberação e a quantidade de horas liberadas serão aprovadas pela Chefia Imediata e respectiva Gerência Estadual, e homologada e tratada administrativamente pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas e Carreira da Gerência de Recursos Humanos, devidamente registrado em processo e-protocolo.
- II. A quantidade de horas liberadas deve ser ajustada a cada período letivo, normalmente semestrais, em proporcionalidade as horas de disciplina ou atividade ministradas em horário coincidente com o do trabalho no IDR-Paraná.
- III. Para o período de elaboração de dissertação ou tese, a liberação parcial será limitada a até 8h (oito) semanais, pelo período máximo de trinta dias corridos.
- IV. Os períodos de curso sem disciplinas matriculadas e de férias da Instituição de Ensino Superior não serão contemplados pela liberação objeto desta Portaria.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 26 de fevereiro de 2025
Richard Golba
Diretor Presidente

20398/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater Programa PARANÁ ENERGIA RURAL RENOVÁVEL

Extrato de **Termo de Homologação - RenovaPR**
De acordo com o **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021, HOMOLOGA-SE** a empresa (e CNPJ) abaixo relacionada, a qual está em conformidade com as condições estabelecidas no mencionado Edital.

Razão Social: Aston Soluções Energéticas Ltda
Nome Fantasia: Aston Energia
CNPJ: 55.685.017/0001-11
Município: Cascavel -Pr

Herlon Goelzer de Almeida **Richard Golba**
UTE Programa RenovaPR Diretor-Presidente - IDR-Paraná

O Edital de Chamada Pública nº 001/2021 encontra-se disponibilizado no portal: www.idrparana.pr.gov.br

20384/2025

AGEPAR

PORTARIA N.º 9/2025-AGEPAR

(republicada por incorreção)

Designa servidores para exercerem as funções de Gestor e de Fiscal de contrato firmado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 5 de maio de 2020, e o art. 24, incisos II e III, do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar), e considerando o disposto no art. 7º da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e no art. 3º do Decreto Estadual n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022,

RESOLVE: